

Indústria já importa em ritmo superior ao da alta da produção

Por Marta Watanabe | De São Paulo



Rafael Cagnin, do Iedi: rede de fornecedores externos existente antes da crise está sendo rapidamente retomada.

A recuperação da economia, mesmo lenta, já abriu espaço para a entrada de importados em ritmo acelerado em alguns ramos da indústria de transformação. Segmentos que representam principalmente intermediários, como borracha e plásticos e produtos metálicos, ou de bens de consumo semiduráveis, como têxteis e calçados, fecharam o terceiro trimestre consecutivo com ritmo de importações bem acima da média. As compras externas de veículos automotores também cresceram de forma acelerada, segundo mostra levantamento do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Indústria (Iedi).

A produção da indústria de transformação no primeiro bimestre, último dado disponível, cresceu

5,3% contra igual período do ano anterior. De janeiro a março as importações de bens do mesmo setor avançaram mais, em 11,8%, após altas de 14,4% e de 9% nos dois trimestres anteriores, sempre em comparação com igual período do ano anterior.

As compras externas no setor de produtos metálicos subiram num ritmo maior ainda, com alta de 26,6% de janeiro a março, depois de avançar 19,2% e 24,9% nos dois trimestres anteriores. No ramo de borracha e plásticos, as altas foram de 14,5%, 17,7% e 18,3%, respectivamente. Os desembarques de produtos têxteis, couros e calçados cresceram 22,16%, 25% e 17,7% nos três últimos trimestres. O de veículos automotores avançaram em iguais períodos 31,1%, 16,9% e 11,5%, sempre na comparação anualizada.

Rafael Cagnin, economista do Iedi, destaca que, no caso dos intermediários, como produtos metálicos e borracha e plásticos, a importação se recupera com vitalidade muito maior que a produção física industrial, indicando que a rede de fornecedores externos anterior à crise está sendo rapidamente retomada. "A água volta a circular de forma acelerada dentro de canais já abertos."

Para o economista, o movimento mostra que o processo ensaiado por

alguns segmentos de substituição de importações por fornecimento nacional foi pontual, temporário e ficou para trás. Agora tudo indica que as importações devem manter tendência de crescimento forte e ajudar a elevar os déficits comerciais da indústria de transformação.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que os fornecedores externos também negociam volume mínimo de vendas, o que também contribui para elevar as importações em ritmo mais acelerado. Para ele os desembarques devem se acelerar no decorrer dos próximos meses.

Segundo projeções da AEB as compras externas totais do Brasil devem subir 11,9% em relação a 2017 contra 1% de alta nas exportações. Castro pondera que a base de comparação ainda é baixa. Na indústria de transformação, a alta de importações completa cinco trimestres consecutivos. Antes, porém, houve redução na importação por 11 trimestres seguidos.

A indústria de transformação fechou o primeiro trimestre com déficit de US\$ 2,5 bilhões. No mesmo período as exportações do setor avançaram 12,6%.

A recuperação ainda que lenta da economia interna também resulta em





crescimento forte da importação de bens mais sujeitos à concorrência dos fornecedores externos, caso dos produtos têxteis, couro e calçados. Já nos automóveis, diz Cagnin, a retomada da economia permite mudança no mix de bens importados, o que pode ter contribuído para a elevação do valor agregado do bem importado.

Castro, da AEB, diz que o segmentos de têxteis e calçados costuma responder rapidamente ao crescimento da economia. "São produtos com ciclo curto de produção, menos dependente de crédito para comercialização."

O economista do Iedi também destaca a importação também

acelerada em setores que utilizam componentes nos quais o país é estruturalmente dependente do fornecimento externo, como o de material de escritório e informática, com alta de 27,1% no de janeiro a março, depois de altas de 41,9% e 41,4% nos dois trimestres anteriores, na comparação anualizada.

O que influencia também nesse ramo e no de eletrônicos, diz Castro, é o avanço tecnológico, que torna o produto obsoleto rapidamente. Isso, explica ele, ajuda a manter o nível de importação mesmo em período de recessão ao mesmo tempo em que o desembarque de produtos nessa área responde rapidamente às reações do consumo.

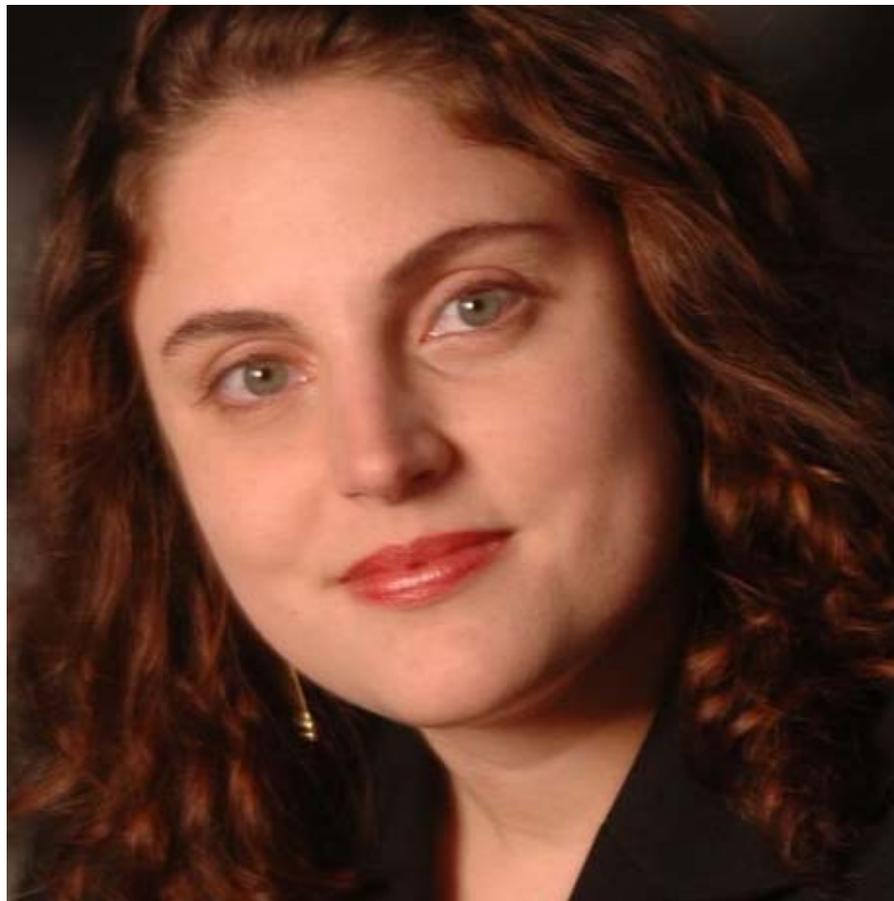
Indústria de transformação

Saldos comerciais - em US\$ bilhões



Fonte: Iedi

Recuperação é lenta e desigual entre setores e regiões



Thaís Zara: Economia recuperou o equivalente a 30% do que foi perdido na recessão.

Por Sergio Lamucci | De São Paulo

A retomada da economia é lenta e desigual, mostrando uma dispersão elevada tanto entre setores quanto entre regiões, aponta estudo da Rosenberg Associados. A atividade recuperou o equivalente a 30% do que foi perdido desde o começo da

recessão, segundo a economista-chefe da Rosenberg, Thaís Marzola Zara. Para ela, a grande ociosidade existente na economia só deve ser preenchida mais perto do fim do ano que vem.

Nesse cenário, os juros poderão ficar baixos por um período bastante prolongado - a Selic, que deve cair de 6,5% para 6,25% ao ano em

maio, só tende a subir na segunda metade de 2019, acredita Thaís. "Há ainda muito espaço para crescer sem pressões inflacionárias."

O comércio e a indústria vão um pouco melhor, enquanto os serviços avançam com mais lentidão. Num momento em que se discute o ritmo de retomada da atividade depois de uma recessão cavalgar, a Rosenberg fez um exercício com 29 indicadores econômicos, para facilitar a comparação entre eles. A ideia é ter uma noção mais clara do estágio em que se encontra a atividade e do ritmo da recuperação.

"Para todas as séries, utilizamos uma versão ajustada sazonalmente, pela própria fonte ou por nós", diz Thaís. Os números usados começam em janeiro de 2013, estabelecendo-se que o ponto máximo de cada série no período corresponde a 100, enquanto o ponto mínimo corresponde a zero. O último dado de cada série mostra o quanto o indicador já caminhou entre o ponto mais baixo e o pico.

Segundo Thaís, há um movimento "quase comum" entre eles: "A maioria achou seu pico entre o final de 2013 e meados de 2014, com a maioria encontrando seu vale ao final de 2016 - o que coincide com a datação do início e fim da recessão, de acordo com o Codace [Comitê de Datação de Ciclos Econômicos]". Para o Codace, a recessão começou no





segundo trimestre de 2014 e se encerrou no quarto trimestre de 2016.

No caso da indústria, o ponto mais alto foi atingido em setembro de 2013 e o mais baixo, exatamente em dezembro de 2016. Até fevereiro deste ano, a produção industrial retomou o equivalente a 29% do terreno perdido, diz a Rosenberg.

De acordo com o estudo, a produção de bens duráveis (como veículos e eletrodomésticos) caminhou "praticamente metade da distância entre o pior momento e o melhor", enquanto a de bens intermediários (insumos para a indústria) só percorreu 20% da distância. "Regionalmente, a indústria no Norte e Centro-Oeste mostram retomadas mais fortes, com mais de 60% da recuperação feita, enquanto Sul, Sudeste e Nordeste ficam perto da média nacional 31% até fevereiro]."

No caso das vendas no varejo ampliado (que inclui automóveis, autopeças e material de construção), o pico foi atingido agosto de 2013 e

o vale, em novembro de 2016. Desde então, a recuperação foi equivalente a 34% do espaço perdido.

"O desempenho dentro do comércio varejista tem três categorias de destaque", afirma Thaís. O primeiro é o de artigos farmacêuticos, que continuou crescendo em quase todo o período e cujo máximo foi registrado em dezembro de 2017. O segundo é o de hiper e supermercados, cujo mínimo ocorreu no início de 2017 e que já voltou praticamente ao pico anterior à crise, com cerca de 80% da distância já percorrida. Já os combustíveis vão na contramão, tendo atingido o ponto mínimo em fevereiro deste ano. "Possivelmente respondendo à alta de preços ocorrida no segmento", diz Thaís. "Os demais setores encontram-se entre 30% e 40% da distância entre o vale e o pico."

Nos serviços, a situação é pior, destaca Thaís. Os picos foram atingidos ao final de 2015, mostrando que o setor demorou mais para sentir os efeitos da crise. Na

média, a recuperação foi de apenas 7%. "Nos serviços prestados às famílias, por exemplo, estamos no pior momento", afirma a economista.

Segundo o estudo da Rosenberg, a mediana das 29 séries de indicadores mostra que a atividade econômica teve uma recuperação equivalente a 30% do que foi perdido desde o início da recessão. A mediana é o número que está no centro de uma distribuição de dados.

Para Thaís, a demora na recuperação se deve ao fato de que empresas e famílias passaram por um processo de redução do endividamento, que avançou, mas ainda não está completo, e também porque foi necessária uma recessão mais forte para derrubar a inflação. Ela acredita que a atividade terá um crescimento mais forte especialmente no segundo semestre do ano, devido aos impactos defasados e cumulativos da queda dos juros e também da perspectiva de melhora do mercado de trabalho. Por enquanto, ela mantém a projeção de uma expansão do PIB de 2,8% neste ano.

Ibre reduz projeção para o PIB no 1º trimestre e no ano

Por Ana Conceição | De São Paulo

As surpresas negativas com os dados de atividade econômica no início de 2018 fizeram o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) reduzir as projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre e do ano. E com as incertezas sobre a eleição presidencial e o cenário externo conturbado, o balanço de riscos aponta para baixo, afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, do Ibre-FGV.

A edição de março do boletim indica crescimento de 0,5% no primeiro trimestre, ante o quarto trimestre do ano passado. A projeção anterior era de 0,7%. A estimativa para o ano caiu de 2,8% para 2,6%.

"Há riscos negativos. O cenário externo preocupa cada vez mais, e as famílias têm dificuldade de tomar decisões de consumo em um contexto adverso", afirma Silvia. Ela pondera que grandes revisões do PIB, para abaixo de 2%, estão fora do radar do Ibre. "A inflação está muito baixa, o que permite manutenção da renda".

Entre as principais revisões para o PIB está o consumo das famílias, que saiu de expansão de 0,6% para 0,2% no primeiro trimestre, ante o

quarto do ano passado. E caiu de 3% para 2,7% no ano. Mas o carregamento estatístico deixado por 2017 foi de 1%. Assim, se essa linha do PIB ficar zerada em 2018, ainda assim haveria um crescimento de 1%.

Os dados apontam que o ânimo do consumidor vem sendo afetado pela percepção de que a situação financeira continua difícil, a despeito da melhora do poder de compra. "Há certa frustração das famílias com o ambiente econômico e político. Isso ajuda a limitar a demanda", afirma a coordenadora do boletim.

Silvia destaca que também houve redução na estimativa dos investimentos (5,4% para 5,1%), principalmente por causa da fraca reação da construção civil, cujo crescimento foi revisto de 1,1% para 0,8% em 2018. Outra revisão para baixo foi na indústria extrativa (3,8% para 2,6%).

Silvia observa que há uma desaceleração nos serviços prestados às famílias, o que é evidenciado pela baixa inflação desse segmento. "O que tem frustrado mais é a categoria outros serviços, que abrange escolas, cabeleireiro, recreação. O consumo das famílias continua fraco nesse segmento", diz.

Essa é uma situação que se retroalimenta, observa a economista do Ibre. O setor é o que mais

emprega, mas tem sido o mais atrasado na recuperação.

Com relação ao mercado de trabalho, enquanto os números do Caged ficaram aquém do esperado no primeiro trimestre (195 mil, dessazonalizados, ante expectativa de 250 mil), mas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua - que também abrange o mercado informal - mostrou uma população ocupada acima do esperado no trimestre encerrado em fevereiro, último dado disponível. A taxa de desemprego da Pnad alcançou 12,6% em fevereiro, ante 12,2% em janeiro, mas em termos dessazonalizados caiu de 12,4% para 12,3%.

O fato de a criação de emprego formal estar mais fraca que a esperada gera mais incerteza sobre a renda e a capacidade de tomada de crédito das famílias. "Isso ajuda a reduzir impacto de queda de juros sobre a demanda", afirma Silva. E apesar da queda, a taxa de desemprego ainda é alta, e há muita informalidade. O Ibre reduziu a estimativa para o Caged de 800 mil para 750 mil vagas criadas, mas manteve a expectativa para a taxa de desemprego média do ano em 12,1%.

Para a instituição, dificilmente o país terá uma taxa de desemprego inferior a dois dígitos ao longo de 2018 e 2019, em termos





dessazonalizados, sinal de que a recuperação do mercado de trabalho deve ser lenta.

Quanto à política monetária, o boletim destaca que os riscos estão no cenário externo e nas eleições. Embora o discurso recente de Jerome Powell, presidente do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) tenha afastado a possibilidade de uma subida mais rápida dos juros, a política comercial de Donald Trump tem levado volatilidade nos ativos dos países emergentes.

"Mas a principal razão para uma interrupção no afrouxamento da política monetária no segundo

semestre é a eleição de outubro, que representa um risco em si mesma, dada a grande imprevisibilidade do resultado", escreve Marcelo Kfoury Muinhos, professor da EESP/FGV.

Ainda no boletim, o economista José Júlio Senna afirma que "o quadro lá fora já não inspira a mesma confiança de antes. Isso por si só já é ruim".

Uma deterioração das condições financeiras aumentaria a chance de o mercado financeiro doméstico começar a retratar preocupações com a política econômica do próximo governo, antes mesmo do início da campanha eleitoral, afirma.

Atividade sem empolgação

Projeções para os componentes do PIB – em %

	1º trimestre*		2018	
	anterior	atual	anterior	atual
PIB	0,7	0,5	2,8	2,6
Consumo das famílias	0,6	0,2	3	2,7
Consumo do governo	0,1	0,1	0,2	0,2
Investimento	1,3	0,9	5,4	5,1
Exportação	2,7	1	6,7	5,5
Importação	1,9	1,7	8,8	8,5
Agropecuária	1,6	1,5	-0,2	-0,2
Indústria	1,1	0,6	3,8	3,6
Serviços	0,5	0,2	2,3	2,1

Fonte: Ibre-FGV.* Em relação ao trimestre anterior com ajuste sazonal

'Segurança jurídica' é nova variável eleitoral

Por Angela Bittencourt

"Segurança jurídica" é uma variável de risco a ser incorporada nos cenários básico e alternativo em construção para as eleições de outubro. Essa expressão do Direito Constitucional foi de uso frequente em 2002, quando o PT concorria à presidência da República e o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva despertava o temor de que se instalasse o caos no Brasil, inclusive com a ruptura de contratos. A "Carta ao Povo Brasileiro" atenuou essa preocupação. No documento, Lula basicamente se comprometeu em dar continuidade à política econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso, que iria concluir o segundo mandato.

Neste 2018, Lula está preso, cumpre pena de 12 anos e 1 mês de detenção e o receio com a adoção de medidas radicais é algo menor ante a barafunda em que se transformou a política partidária no país, com representantes de quase todos os partidos sendo investigados.

Contudo, a corrida eleitoral deste ano, com mais de uma dúzia de pré-candidatos e a demanda do mercado financeiro por um aspirante de centro, ressuscitaram a "segurança jurídica". A expressão é frequente quando negociações são travadas sobre o inventário de medidas que propiciem mais investimentos no país e quando se contesta a prisão de Lula antes de

esgotados todos os recursos possíveis para livrá-lo da condenação.

Michel Temer inclui 'segurança jurídica' em seus discursos

O presidente Michel Temer, advogado constitucionalista de formação, prestigia a "segurança jurídica", incluída na maioria de seus discursos. Em 31 de agosto de 2016, tornou-se presidente efetivo da República, com a chancela do Senado Federal, e, em cadeia de rádio e televisão, revelou aos brasileiros os alicerces sobre os quais pretendia erguer sua gestão: "Eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de emprego, segurança jurídica e ampliação de programas sociais". Temer estava confiante.

Nos dois meses seguintes, em Nova York e Tóquio, conclamou empresários a investirem no Brasil e afirmou que a segurança jurídica e a estabilidade institucional são importantes para um contexto de responsabilidade macroeconômica. "Portanto, quem lá for investir, terá a certeza que opera em um ambiente previsível, seguro e racional", garantiu Temer.

Há menos de duas semanas, a mesma expressão não passou

despercebida no Brazil Conference, nos EUA, organizado por estudantes de Harvard e do MIT. Muito aplaudida, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, falou sobre a luta contra a corrupção. Defendeu a colaboração premiada, o acordo de leniência e a prisão em 2ª instância a uma plateia composta por políticos, empresários, juristas e artistas brasileiros.

"Parte dos efeitos que agora sentimos na atuação judicial no Brasil deve-se a essas instituições do sistema de administração da Justiça. Uma polícia mais institucional, um Ministério Público mais independente e juízes mais comprometidos com a aplicação da lei. Mas muito se deve à força da opinião pública. É ela que cobra, que acompanha e quer ver resultados."

Raquel Dodge acrescentou: "Nosso desafio atual é gigantesco, ainda que a missão seja muito clara e muito simples. O nosso desafio é resistir, fortalecendo o Estado de Direito, a aplicação da lei de modo igual para todos com o objetivo de aumentar a segurança jurídica e a ideia que é importantíssima para todo país civilizado: todos somos iguais perante a lei", disse.

A "segurança jurídica" é tratada por célebres juristas em uma vasta bibliografia que, paralelamente à técnica, explica estar a expressão associada aos conceitos





de confiança, estabilidade, legalidade, previsibilidade e moralidade.

"A Segurança Jurídica é ao lado, ou abaixo, como preferem alguns juristas, do princípio da Legalidade, um dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito. Traduz-se na mínima previsibilidade que a sociedade deve ter sobre determinada matéria disposta no ordenamento jurídico nacional. Embora o Direito seja dinâmico, e novas tecnologias desafiem normatizações modernas e atualizadas, para regulamentar, por exemplo, inovações como aplicativos de hospedagem, transportes, dados, dentre outros, a controvérsia exacerbada de matérias que deveriam estar há muito consolidadas, impacta consideravelmente no desenvolvimento da economia de modo geral" afirma o advogado Mauricio Guimarães Barreto, da Frade & Guimarães Barreto Advogados.

Em março, o Fórum Econômico Mundial dedicou um capítulo do relatório "Brazil Competitiveness and Inclusive Growth Lab Report" à "segurança jurídica" no país. O documento explica que o Brasil tem uma estrutura legal complexa, com diferentes instâncias e departamentos judiciais, tribunais trabalhistas, eleitorais e militares e que os efeitos das decisões judiciais independentes tomadas nos tribunais frequentemente prejudicam o entendimento da legislação aplicável e alteram o arcabouço legal que foi estabelecido para que as empresas prosperem.

"No Brasil existem instituições internas e externas de controle [agências reguladoras] com autonomia para desafiar decisões tomadas pelo governo ou por empresas privadas, caso entendam que determinada regra ou iniciativa não está de acordo com a legislação vigente", diz o Fórum.

Essa ampla insegurança jurídica não se restringe ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público Federal. Às vezes, novas regras são criadas pelos poderes legislativo e executivo - pelo Governo Federal, Estados e Municípios - sem a devida consideração aos impactos na competitividade empresarial, diz o relatório, com relação ao possível impacto sobre a competitividade empresarial.

O documento sugere a simplificação dos regulamentos existentes, a análise ex-ante do possível impacto de novas determinações ao setor produtivo, a coordenação entre Estados e Municípios e em diferentes níveis, e avaliações prévias quanto à constitucionalidade dos regulamentos, evitando assim sobrecarregar sistema judiciário. "Esse conjunto de procedimentos contribuiria para a segurança jurídica e para um ambiente de negócios estável e favorável a novos negócios e investimentos", diz o Insight Report.

Angela Bittencourt é jornalista e escreve às segundas-feiras.

E - m a i l :
angela.bittencourt@valor.com.br

MP 'caduca' eleva insegurança, diz Ottoni

Por Bruno Villas Bôas | Do Rio

Editada pelo governo para promover ajustes na reforma trabalhista, a Medida Provisória (MP) 808 perde a validade hoje e, sem que seu vácuo seja preenchido por nova regulamentação, a insegurança jurídica nas relações de trabalho tende a aumentar. A avaliação é de Bruno Ottoni, pesquisador do Ibre da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Segundo o especialista, as mudanças efetuadas pela Medida Provisória 808 na legislação foram relevantes, uma vez que o texto original da reforma trabalhista continha trechos com redação confusa e, portanto, elevavam a insegurança jurídica. Um dos pontos que não ficaram claros é o alcance das mudanças na legislação. A dúvida é se as mudanças valem apenas para contratos firmados após a implementação da reforma ou também aos já existentes.

"Se não ficar claro que a regra vale também para quem foi contratado antes da reforma, você cria duas categorias de trabalhadores. É um problema e pode provocar demissões. Se o

empregador entender que é mais vantajoso ter funcionários pela nova lei, ele pode demitir o funcionário antigo e contratar outro para enquadrá-lo nas novas regras. A MP deixava claro que valia para todos", disse ele.

Dentro do governo, uma das alternativas em análise à perda do efeito da MP 808 é a edição de um decreto presidencial para regulamentar pelo menos parte dos itens, como os contratos intermitentes. Ou ainda a edição de uma nova medida provisória, com objeto diferente da atual, e inclusão no texto de alguns pontos da reforma trabalhista considerados mais importantes.

Outra questão levantada pelo especialista, que havia sido pacificada pela MP 808, é o risco da chamada "pejotização" nas empresas. A reforma trabalhista permite a contratação de autônomo exclusivo, ou seja, alguém ser contratado de forma contínua sem ser considerado um empregado. A MP passou a proibir qualquer cláusula de exclusividade que restrinja o serviço do profissional a um único empregador. "Se isso acontecesse, seria um vínculo empregatício. Sem a MP, isso volta a ser possível", disse o pesquisador do Ibre.

Antes da reforma trabalhista, não havia dispositivo na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que tratasse sobre a jornada 12x36 - 12 horas de trabalho por 36 de descanso. Na prática, isso provocava uma série de demandas trabalhistas contra empregadores. A reforma trabalhista permitiu esse tipo de jornada para todas as categorias, mas foi a medida provisória que a regulamentou, de acordo com Ottoni.

Para o especialista, o contrato de trabalho com tempo intermitente apresenta diversas falhas no texto da reforma trabalhista, o que tem dificultado sua implementação na prática. Ele diz que essas falhas não foram corrigidas pela MP 808. O principal ponto seria a necessidade de criação de uma contribuição previdenciária complementar para os trabalhadores que ganham menos do que um salário mínimo por mês neste tipo de contrato.

"Na prática a exigência de que o trabalhador com contrato intermitente efetue esta contribuição complementar implica em uma alíquota efetiva maior, para este indivíduo, do que aquela cobrada nos demais tipos de contrato de trabalho", disse o economista.

Ressarcimento a distribuidoras pode inviabilizar privatização

Por Rodrigo Polito | Do Rio

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve retomar amanhã discussão sobre o cálculo da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) da Amazonas Energia, Eletroacre, Ceron e Boa Vista Energia, quatro das seis distribuidoras que a Eletrobras planeja vender até o fim de junho.

O tema pode resultar na determinação, pela agência, do ressarcimento pelas distribuidoras de cerca de R\$ 3 bilhões pela compra de combustível para geração de energia elétrica e, com isso, comprometer a privatização das empresas.

Relatório preparado pela área técnica da Aneel indicou a necessidade do ressarcimento bilionário pelas distribuidoras. A Amazonas Energia, principal distribuidora da Eletrobras, apresentou recurso.

Em paralelo, decisão judicial em vigor invalida a resolução número 427 da agência reguladora, que estabelece os procedimentos para processamento e gerenciamento da CCC.

O advogado Gustavo de Marchi, do escritório Décio Freire & Associados, que representa a Eletrobras no processo, considerou precipitada a decisão da Aneel de incluir o tema na pauta da reunião desta terça-feira, já que ainda há pontos em aberto nos âmbitos judicial e administrativo.

"[A discussão sobre o ressarcimento da CCC] traz novo ingrediente e pode abalar e retardar esse processo [de privatização das distribuidoras]", afirmou Marchi.

O advogado planeja se reunir hoje com os diretores da Aneel Tiago Correia (relator do processo), Romeu Rufino (diretor-geral da agência) e André Pepitone, para

tentar sensibilizá-los e retirar o processo da pauta.

Segundo ele, em âmbito administrativo, a Aneel incluiu em um só item da pauta da reunião de terça-feira a fiscalização da CCC de quatro distribuidoras da Eletrobras, sendo que ainda há prazo para recurso no caso de três empresas (Eletroacre, Ceron e Boa Vista Energia).

Além disso, no caso da Amazonas Energia, a companhia ainda tem expectativa de identificar créditos a receber da CCC, em vez de ressarcimento. A distribuidora está em tratativas para contratar um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o assunto.

Em âmbito judicial, Marchi lembra que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) ainda não analisou a abrangência do acórdão emanado pela 6ª turma, que invalidou a resolução 427.

Temer troca em média três ministros por mês

Em dois anos no cargo, presidente já nomeou 63 ministros, com apenas duas (0,8%) mulheres entre seu time ministerial

Thaiza Pauluze

Primeiro anúncio de Michel Temer quando chegou à Presidência da República, ainda como interino, em maio de 2016, foi o de que iria enxugar os 32 ministérios existentes, até chegarem a 23. A ideia, segundo o emedebista, era cortar custos da União.

A lista para o primeiro escalão da Esplanada, que substituiu todos os nomes escolhidos pela então presidente afastada Dilma Rousseff (PT), foi alvo de críticas por ser formada apenas por homens brancos. A Folha mostrou que ele foi o primeiro presidente desde o militar Ernesto Geisel (1974-79) a não incluir mulheres.

Em dois anos à frente do país, Temer nomeou 63 ministros —o que corresponde a cerca de três trocas por mês. Com a criação do ministério de Segurança Pública, em fevereiro deste ano, o Brasil passou a ter 29 pastas, número próximo ao da petista quando deixou a cadeira.

Entre as razões para o troca-troca do emedebista estão

denúncias de corrupção e tentativas de barganhar apoio à reforma da Previdência. As pastas que mais tiveram mudanças foram a da Cultura, da Justiça e do Turismo, com quatro ministros cada.

Sobre a ausência de mulheres, à época Temer apressou-se em se justificar. Disse querer “uma representante do mundo feminino”. A nomeação de uma, no entanto, só veio quatro meses depois, quando Grace Mendonça (PSDB) assumiu a Advocacia-Geral da União. Mais cinco meses e Temer escalou Luislinda Valois (então no PSDB, do qual pediu desfiliação) para o Ministério dos Direitos Humanos.

As duas foram as únicas mulheres a comandar pastas no governo do emedebista. Isso representa 0,8% do total de ministros que tomaram posse em Brasília durante seu mandato. Luislinda foi também a única negra a figurar na lista, até pedir demissão do cargo, em fevereiro. Ela causou desconforto ao governo em mais de um momento —como ao solicitar o pagamento pelos cofres públicos de pelo menos R\$ 300 mil em vencimentos retroativos, em 2017.

A deputada federal Cristiane Brasil (PTB) chegou a ser

nomeada para assumir o Ministério do Trabalho, mas sua posse foi barrada pela Justiça. A parlamentar indicada para ser ministra havia sido condenada por desrespeitar direitos trabalhistas, tema da pasta.

O levantamento realizado pela Folha considerou todos os representantes que passaram pelo cargo, inclusive os interinos —três nomes entre os 63 apenas trocaram de pasta. A conta não considerou as duas vezes em que Temer exonerou ministros com cargo de deputado, para garantir votos favoráveis na Câmara — com o intuito de barrar as denúncias apresentadas pela Procuradoria-Geral da República contra ele.

O último troca-troca ministerial foi no começo de abril, quando o governo deu posse a 11 ministros. Na ocasião, sete foram exonerados para disputarem as eleições em outubro (membros do Executivo precisam deixar os cargos seis meses antes do pleito).

Outras substituições foram envoltas em polêmicas de corrupção. Com cinco semanas de Temer na Presidência, a Lava Jato derrubou três ministros. A divulgação das gravações do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado com políticos, fez cair os ministros Romero Jucá





(Planejamento) e Fabiano Silveira (Transparência). Nos áudios, antes da queda de Dilma Rousseff, Jucá defende um pacto “com o Supremo, com tudo”. “Tem que mudar o governo para estancar essa sangria”, disse.

Henrique Eduardo Alves (Turismo) também tombou após suspeita de ter recebido R\$ 1,6 milhão do esquema de corrupção na Petrobras. Ele está atualmente preso.

Depois de sete meses de mandato, as denúncias já haviam resultado na queda de seis ministros.

Além dos três citados, Geddel Vieira Lima (Secretaria de Governo) pediu demissão após escândalo do uso de sua posição no governo para conseguir vantagens pessoais, denunciado pelo ministro Marcelo Calero (Cultura), que também se demitiu.

Próximo a Temer, Geddel está preso desde setembro de 2017.

Já Fábio Medina Osório, ao deixar a chefia da Advocacia-Geral da União, atribuiu a exoneração à suposta insatisfação do Palácio do Planalto com medidas tomadas pela AGU contra políticos investigados na Lava Jato, incluindo parlamentares da base aliada do governo.

Michel Temer, que flerta com a ideia de tentar reeleição, é reprovado por 70% dos brasileiros, segundo pesquisa Datafolha divulgada no dia 7 de abril. A população deu nota 2,7 para o governo do emedebista, e 41% dos entrevistados atribuíram nota zero à gestão.

Na tentativa de reagir aos índices negativos de popularidade, Temer pretende divulgar, em maio, um balanço desses dois anos.

Será o Barbosa?

Cida Damasco

Já que a confusão está instalada, vamos propor um teste para os observadores do cenário eleitoral. Definam três colunas, uma com os nomes dos candidatos à Presidência da República, outra com os nomes dos partidos e uma terceira com os nomes dos prováveis "gurus" da economia. Tentem combinar os três nomes e vejam o que essa mistura reserva. Há candidato ainda "conhecendo" seus novos colegas de partido. Ala de partido examinando a possibilidade de trocar de candidato. Partido com dois interessados em concorrer e parte dos integrantes inclinada a apoiar representantes de outras siglas. Economistas já estão a postos – e alguns cobiçados por mais de um candidato.

Com o PT ainda bancando oficialmente a candidatura de Lula – que, como se sabe, não sobreviverá –, vamos a outros participantes da disputa de outubro. Alckmin já confirmou Persio Arida como coordenador do seu programa econômico – embora parte do PSDB ainda se sinta desconfortável com o próprio Alckmin. Cida Gomes anunciou o nome de Nelson Marconi, integrante do núcleo desenvolvimentista da FGV de São Paulo. Jair Bolsonaro tentou ganhar os mercados com o liberal Paulo Guedes, Marina, revigorada pelas pesquisas eleitorais mas abrigada no debilitado Rede, deve

contar com a dupla Eduardo Gianetti-André Lara Resende, e já estaria reeditando o programa de governo, incluindo os temas mais agudos do momento, como as reformas da Previdência e tributária. Henrique Meirelles, se conseguir emplacar no MDB, obviamente vai de ... Henrique Meirelles.

E Joaquim Barbosa, o novo outsider que entra em cena a menos de seis meses da eleição? O momento ainda é de conversas. Há informações de que ele buscou pontes com Delfim Netto, o próprio Gianetti, e faria o mesmo com Arminio Fraga – este, quase um "emissário" junto aos mercados e ao empresariado do outsider anterior, Luciano Huck, cuja candidatura foi um sonho do chamado centro. Barbosa é visto agora como alternativa para o mesmo espectro do eleitorado. Por enquanto, ele faz o que se espera: confessa que está animado com as pesquisas, mas diz ao PSB que ainda não se decidiu, por questões familiares. Novas pesquisas podem romper sua "resistência".

Cada vez que surge um outsider, incensado por estar livre dos velhos vícios da política, a pergunta que vem logo em seguida é "o que ele pensa exatamente, para quem e com quem irá governar". Aquele velho argumento de que boas ideias conquistam apoio, seja qual for o partido, não convence

mais nem os alérgicos ao exercício da política. Joaquim Barbosa está sujeito a esses questionamentos. Embora ele ainda tente ficar "na muda", enquanto acerta a união estável com o PSB, um bom indicativo de suas ideias pode ser extraído do monitoramento de sua atuação nas principais votações no STF, como mostra reportagem do Estadão na edição de domingo. Segundo o levantamento, em votações de interesse direto da economia, como a da quebra do monopólio estatal na exploração do petróleo, e a das mudanças nas aposentadorias dos servidores públicos, no governo Lula, Barbosa se alinhou a posições liberais. Aliás, mais do que as do PSB. A expectativa, contudo, é que no correr da campanha eventuais diferenças se ajeitem.

De acordo com interlocutores, Barbosa já teria dado sinais de que privatizações são bem-vindas, mas não de setores mais estratégicos, como Petrobrás e Eletrobrás – esta última destacada como prioridade de fim de governo. Reforma da Previdência, sim, mas não exatamente a de Temer, que não romperia com privilégios e atingiria só a turma do INSS. Ideias mais ao gosto do PSB, pelo menos daquele PSB pernambucano, que bebeu nas fontes de Miguel Arraes, e ainda não mostra "encantamento" com a candidatura de Barbosa. Arminio





Fraga se encaixaria nessa visão?
É esperar para ver.

Ao que tudo indica, o centro continua procurando um candidato para chamar de seu. Um candidato considerado amigável pelos mercados, mas que defenda uma política econômica com tempero social – afinal, a política econômica de Temer não está sendo chancelada pelas pesquisas de opinião, o que reforça a decisão do governo de providenciar algumas "bondades" para estimular o consumo. E com um "detalhe": o tal candidato precisa ter chances reais de vitória. Será o Barbosa?

Dominadas por indicações políticas, agências têm 11 vagas na prateleira

Loteamento. Hoje há dois critérios para ser indicado para a direção de órgão regulador: formação superior e conduta ilibada; com projeto de lei que ampliaria exigências parado na Câmara, políticos disputam cargos, que dão status e poder a padrinho e a indicado

BRASÍLIA

Com a lei que tenta blindar as agências reguladoras de interferência política emperrada na Câmara, deputados e senadores travam uma batalha para fazer indicações para as 11 vagas de diretoria que estão atualmente abertas. Até o fim do mandato, o presidente Michel Temer – que já sinalizou que pensa se candidatar à reeleição – terá a chance de indicar outros seis nomes para essas funções.

Diferentemente das estatais, que depois da aprovação de uma lei tiveram de aumentar as exigências para preenchimento de cargos, como, por exemplo, experiência de dez anos e não ter conflitos de interesse, os dois únicos critérios para ser indicado para a direção de uma agência reguladora são formação superior e conduta ilibada.

"O loteamento político das agências é um dos maiores problemas do País", afirma Gesner Oliveira, coordenador do Grupo

de Economia da Infraestrutura e Soluções Ambientais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). "Quando se deixa a regulação na mão de partidos, isso compromete seriamente o conceito da agência reguladora, cria imprevisibilidade e gera insegurança, o que desestimula investimentos", afirmou.

Para Oliveira, há três tipos de interesse que levam os políticos a tentar indicar diretores para as agências: o simples status de ter alguém de sua confiança no órgão, a possibilidade de influenciar decisões bilionárias e o aparelhamento político-partidário.

Compete às agências fiscalizar a relação entre empresas e o governo, regulamentar a aplicação de leis nos setores em que atuam e punir companhias com multas e sanções mais severas, como recomendar a extinção de contratos.

A FGV fez uma pesquisa em 2016 com 140 diretores de agências reguladoras e concluiu que 34% saíram de ministérios e outros órgãos de governo. Somente 6% fizeram carreira na iniciativa privada. Quase um terço dos diretores era filiado a partidos políticos, o que é proibido em muitos países.

Salário. O atrativo de uma

diretoria de agência reguladora não é apenas o salário de R\$ 15 mil, segundo o presidente do Sinagências (sindicato dos funcionários das agências reguladoras), Alexnaldo Queiroz. "O fato é que a pessoa passa a ter muito poder", diz.

A professora do Instituto de Energia e Ambiente da USP, Virginia Parente, avalia que a escolha de diretores competentes e preparados é fundamental, pois as agências são como juízes de uma partida de três jogadores: consumidores, empresas e governo. "Se as tarifas são mal reguladas em favor das empresas, os serviços ficam caros demais. Se elas ficam muito baratas e desequilibradas em prol do consumidor, não há atração do capital privado. E o orçamento do governo é insuficiente para fazer os investimentos necessários", afirmou a professora.

Prestes a concluir seu mandato como diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o médico epidemiologista Jarbas Barbosa defende a escolha a partir de uma lista tripla, com candidatos que tenham no mínimo 10 anos de experiência na área. "São critérios óbvios. Como uma pessoa vai para uma agência se não tem excelência de conhecimento ou experiência de gestão? Isso é tão óbvio que nem





precisaria estar explícito. Num País com o mínimo de preocupação com o Estado eficiente, isso não precisaria nem mesmo estar na lei. Mas é bom que esteja", diz.

Barbosa, que não vai tentar a recondução ao cargo, diz que indicações políticas tornam os diretores reféns de pedidos feitos por ministros ou integrantes do Congresso. "Como ele pode dizer não para algum pedido de que discorde?", questiona o diretor-presidente da Anvisa. /ANNE WARTH, LU AIKO OTTA, LÍGIA FORMENTI e ANDRÉ BORGES

Disputa por cargos nas agências é ferrenha

Batalha pelas vagas ocorre nos bastidores; após indicação, Senado sabatina o indicado

BRASÍLIA

A disputa pelos cargos nas agências reguladoras é ferrenha, mas corre nos bastidores. Depois de escolhido um nome, é preciso do aval dos senadores, que sabatinam o indicado. As indicações que o presidente Michel Temer formalizou na semana passada foram alvo de críticas dos setores regulados. Neste ano, o presidente terá a chance de indicar todos os cinco membros da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Duas vagas estão abertas. Para a primeira, ele indicou o consultor legislativo Rodrigo Limp, "apadrinhado" do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que confirma o apoio.

Na semana passada, Sandoval de Araújo Feitosa, atual superintendente da Aneel, foi indicado para a segunda vaga, com as bênçãos do senador Edison Lobão (MDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia. A movimentação para as outras três – cujos mandatos terminam em agosto – já é intensa. Lobão indicou o nome de Elisa Bastos Silva, assessora do Ministério de Minas e Energia.

Já o senador Valdir Raupp (MDB-RO) indicou o nome de Efrain Cruz, diretor das distribuidoras da Eletrobrás no Acre e em Rondônia. Lobão também trabalha para emplacar o atual diretor André Pepitone para o cargo de diretor-geral da Aneel.

Procurado, Lobão disse que Pepitone e Feitosa são técnicos de carreira da agência, com qualificação para o cargo. Eles, por sua vez, disseram não ter conhecimento do apoio político de Lobão, assim como Efrain Cruz. Em relação à Elisa, o senador respondeu que ela é servidora do MME e tem "profundo conhecimento" sobre a área. O senador Raupp não respondeu aos contatos da reportagem. Rodrigo Limp e Elisa Bastos Silva não se pronunciaram.

Para uma das vagas, corre por fora o nome de Marco Delgado, diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Ele é o candidato das empresas do setor elétrico. "Os diretores terão de lidar com assuntos de natureza diversa, e é importante que essa indicação tenha como critério a competência técnica e a experiência no setor", disse o presidente da associação, Nelson Leite. A escolha do cargo de

diretor da Aneel deve ser pautada por competência, avalia o executivo.

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, esteve em Brasília, com técnicos da Casa Civil, para discutir as implicações dessas escolhas. Ele defende a ideia de que haja mais diversidade de experiência entre os futuros diretores da agência reguladora. "Faz muita falta no País que, num setor regulado e predominantemente privado, você não tenha, entre os cinco diretores, um sequer que tenha tido experiência robusta na iniciativa privada", afirmou.

Antaq. Há uma queda de braço entre o MDB e o PR para a ocupação de uma vaga na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O ex-diretor geral Adalberto Tokarski encerrou seu mandato em fevereiro e na ocasião não foi reconduzido. Mas, na semana passada, Temer o indicou novamente para a vaga. A decisão causou revolta no órgão. O ex-diretor virou "persona non grata", depois que o Estado revelou um depoimento dele ao Ministério Público Federal contando que funcionários da agência perseguiram uma empresa de navegação.





O padrinho político de Adalberto Tokarski é o senador Eduardo Braga (MDB-AM), que reconheceu ter defendido sua recondução à diretoria da Antaq, mas se irritou ao ser questionado sobre o assunto. "É um nome que defendo pela importância muito grande que ele deu às questões de navegação na Amazônia", disse Braga. "Não vejo hostilidade nenhuma contra o nome dele na agência, o que vejo é uma disputa natural pelo cargo. Você está querendo é criar intrigas", afirmou.

Braga é o presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, a mesma que agora tem a função de sabatar o indicado para que seja reconduzido à direção da Antaq. Tokarski nega que haja resistência ao seu retorno na agência. "Nós conseguimos avançar em todos os aspectos na Antaq durante a minha gestão. Tenho o apoio de toda a agência", afirmou. / ANNE WARTH, LU AIKO OTTA, ANDRÉ BORGES E LÍGIA FORMENTI

LOTEAMENTO

● Com a lei que blinda as agências emperrada no Congresso, governo usa indicações nas negociações com partidos

AGÊNCIAS	DIRETORIAS	VAGAS	VÃO VAGAR ESTE ANO	SITUAÇÃO
Aneel	5	2	3	Já estão indicados Rodrigo Limp e Sandoval de Araújo Feitosa Netto, que precisam passar por sabatina no Senado
ANM	5	5	0	Foi criada por lei sancionada em dezembro de 2017, mas ainda não saiu o decreto regulamentando seu funcionamento. As diretorias são interinas
Anatel	5	0	1	O mandato do diretor-geral, Juarez Quadros, se encerra em novembro
Antaq	3	1	0	Foi indicado Adalberto Tokarski, cuja recondução havia sido negada em fevereiro. Ao MPF ele relatou que servidores perseguiam uma empresa
ANTT	5	1	0	O atual diretor, Mário Rodrigues Jr., é acusado de receber propina na construção do rodovial de São Paulo
Anac	5	0	0	Causou polêmica a indicação de Ricardo Fenelon Jr., genro do senador Eunício Oliveira (MDB-CE)
ANA	5	0	0	Em dezembro, foi indicada Christianne Dias Ferreira, que nunca tinha atuado no setor
Ancine	4	1	0	O Ministério da Cultura indicou Fernanda Farah, com o apoio de 20 entidades. Ela disputa a vaga com Selmo Kaufmann, servidor de carreira
ANS	5	1	1	Indicados na semana passada Rogério Scarabel Barbosa e Davidson Tolentino de Almeida, que terão de ser sabatinados no Senado
Anvisa	5	0	1	Termina em julho o mandato do diretor-presidente, Jarbas Barbosa. No páreo estão os atuais membros da diretoria Fernando Mendes e o Renato Porto

Ainda no papel, órgão regulador já desperta o apetite dos políticos

No setores de saúde e de vigilância sanitária, entidades questionam indicações alegando conflitos de interesse

BRASÍLIA

O apetite dos políticos é insaciável para preencher os cargos nas agências reguladoras. Há movimentação também para ocupar as cinco vagas da recém-criada Agência Nacional de Mineração (ANM). Essas indicações, porém, ainda aguardam a publicação de um decreto regulamentando o funcionamento da agência. A evolução da medida no Congresso é acompanhada de perto pelas bancadas de Estados onde a atividade mineral tem peso.

"Não tem indicação. Tem de colocar técnicos de carreira que possam tocar o trabalho", afirmou o deputado Fábio Ramalho (MDB-MG). O partido, principalmente as bancadas de Minas Gerais e do Pará, é apontado nos bastidores como principal interessado nos cargos.

Na área de saúde, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) encaminharam uma carta à Comissão de Ética Pública solicitando que seja

avaliado o currículo de Rogério Scarabel Barbosa, indicado para o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

As associações afirmam que Barbosa é sócio do Imaculada Gordino, um escritório de advocacia com sede no Ceará que representa interesses de várias empresas na área de saúde, incluindo hospitais prestadores de serviços de planos. "Nessa indicação há um potencial conflito de interesse", avalia advogada do Idec, Ana Carolina Navarette.

Na carta, instituições pedem que, confirmada a suspeita de conflito, a comissão sugira ao presidente a substituição do nome. Barbosa foi indicado para um cargo que permaneceu vago por quase um ano. Ele não respondeu aos contatos da reportagem.

Indicação cancelada. Na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a vaga atualmente ocupada por Alessandra Bastos Soares também foi alvo de várias manifestações. O primeiro nome indicado para assumir o posto foi João Abukater Neto. A indicação foi cancelada diante das críticas feitas por setores ligados à vigilância sanitária. Em

substituição a Abukater, foi apresentado o nome de Roberto Campos Marinho, que diante das críticas, também desistiu de ser sabatinado para o cargo. Marinho já havia trabalhado na Conab e Eletrobrás.

O Estado apurou que inicialmente ele postulava um posto na Eletronorte, por meio do senador Vicente Alves (PR-TO). Como na época não havia espaço para seu nome, ele acabou buscando a Anvisa. Por meio de sua assessoria, Campos Marinho negou ter ligações com o senador Vicente Alves ou ter postulado uma vaga na Eletronorte. Já o senador confirmou a indicação.

Outra disputa que é acompanhada de perto pelas entidades do setor é para a indicação de uma vaga na Agência Nacional do Cinema (Ancine). Duas dezenas delas fizeram uma carta apoiando Fernanda Farah, indicada pelo ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão. Mas está no páreo o funcionário de carreira Selmo Kaufmann, que teria o apoio da deputada Soraya Santos (PR-RJ). A parlamentar nega que tenha feito essa indicação. O Ministério da Cultura diz que não há competição para indicar o novo diretor. / A.W., L.A.O., A.B. e L.F.

3 perguntas para ...

Deputado Danilo Forte (PSDB-CE), relator do projeto de lei das agências reguladoras (PL 6621/16)

1. Por que o projeto de lei demorou tanto tempo para começar a tramitar na Câmara?

Foi em razão do momento que o País vive, do retardamento da escolha das comissões. Queremos aprovar em maio ainda.

2. O que a proposta muda?

Nesse momento em que queremos atrair investimentos e melhorar os serviços ao público, o que vai dar segurança jurídica ao processo é a formatação das

agências. Temos de reduzir ao máximo a influência político-partidária, porque as agências não podem se transformar em cabides de emprego e muito menos serem usadas como espaço de financiamento para partidos ou padrinhos políticos de quem está lá indicado.

3. Como isso será feito?

Teremos critérios mais rígidos para os indicados; terão de ter formação acadêmica e profissional compatível. Daremos um prazo para as indicações, para que não haja essa vacância que inviabiliza a eficiência. Acabaremos com a recondução, que só dá margem a vícios. E daremos autonomia orçamentária para as agências./ L.A.O.